



Relatório e contas individuais

2006

Portugal Telecom, SGPS, SA



Relatório e contas _ 2006

Relatório de gestão	2
Introdução	2
Síntese da actividade	2
Informações legais	3
Proposta de aplicação de resultados	3
Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes	4
Demonstrações financeiras	5
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	57
Certificação legal das contas	61
Relatório dos auditores	65
Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual	69

Relatório de gestão

Introdução

O relatório de gestão relativo à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo durante o exercício de 2006, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal ("PGAAP"), ao invés das demonstrações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia ("IFRS"), conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia. A reconciliação do valor do capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 e do resultado líquido do exercício findo nessa data, atribuíveis aos accionistas da Empresa, entre as demonstrações financeiras individuais (em PGAAP) e as consolidadas (em IFRS) é conforme segue:

	Resultado líquido	Capital próprio
Em PGAAP	658.585.998	3.205.584.649
Benefícios de reforma (IAS 19)	150.487.828	(861.396.678)
Amortização de <i>goodwill</i> e licenças (IAS 36 e 38)	77.460.959	151.614.453
Instrumentos financeiros (IAS 32 e 39)	(20.716.588)	(167.171.281)
Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento (IAS 38)	7.104.375	(5.561.799)
Provisão para reestruturação (IAS 37)	(2.039.958)	569.409
Alocação do <i>goodwill</i> gerado na aquisição de empresas (IFRS 3)	(1.652.239)	(4.040.258)
Transacções de <i>sale and lease back</i> (IAS 17)	(1.611.943)	(40.863.459)
Desmantelamento e remoção de activos (IAS 16)	(1.418.643)	(23.058.399)
Reconhecimento da receita (IAS 18)	559.868	(426.907)
Em IFRS	866.759.657	2.255.249.730

Síntese da actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, no exercício de 2006, em cerca de 7 milhões de Euros.

Informações legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.
- Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a Empresa efectuou em 11 de Maio de 2006 um aumento do capital social, no montante de 338.656.950 Euros, por aumento do valor nominal de cada acção em 30 cêntimos de Euro. Este aumento de capital foi efectuado através da incorporação de prémios de emissão de acções no montante de 91.704.891 Euros, de reservas legais no montante de 121.523.559 Euros, e da reserva especial de cancelamento de acções próprias, no montante de 125.428.500 Euros.
- Em 11 de Setembro de 2006, e em cumprimento da deliberação de 21 de Abril de 2006 da Assembleia Geral, a Empresa procedeu a uma redução do seu capital no montante de 1.072.413.675 Euros, por libertação de excesso de capital e criação de reservas livres, passando o seu capital a ser de 395.099.775 Euros.

Proposta de aplicação de resultados

Considerando que:

- No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 apurou-se, como resultado líquido do exercício, o montante de 658.585.998 Euros; e
- A reserva legal constante do balanço de 31 de Dezembro de 2006, representa pelo menos 20% do capital social, encontrando-se deste modo integralmente constituída a reserva exigida pelo número 1 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração propõe que:

- Visando garantir o cumprimento adequado do disposto na lei e nos Estatutos quanto à suficiência da reserva legal após a reestruturação do capital social proposta na ordem de trabalhos da Assembleia Geral, um montante de 3.086.213,04 Euros se destine ao reforço da reserva legal;
- Do remanescente da afectação do resultado líquido do exercício acima mencionada, sejam pagos aos accionistas 536.206.837,50 Euros (correspondendo a 47,5 cêntimos de Euro por acção, relativamente ao número total de acções emitidas) e sejam transferidos para resultados transitados 119.292.947,46 Euros;

-
- Não sendo possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, a verba global de 536.206.837,50 Euros prevista no parágrafo anterior, calculada na base de um montante unitário por acção emitida (no caso, 47,5 cêntimos de Euro por acção), seja objecto de distribuição da seguinte forma:

- a) A cada acção emitida seja pago o montante unitário de 47,5 cêntimos de Euro;
- b) Não seja pago, sendo transferido para resultados transitados, o montante correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 47,5 cêntimos de Euro por acção emitida).

Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes

Os eventos do exercício e desenvolvimentos recentes encontram-se descritos no relatório de gestão do relatório e contas consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Lisboa, 21 de Março de 2007.

O Conselho de Administração

Henrique Granadeiro

António Viana-Baptista

Nuno de Almeida e Vasconcellos

Zeinal Bava

Fernando Abril-Martorell

João Mello Franco

Rodrigo Costa

Joaquim Goes

Thomaz Paes de Vasconcellos

Luís Pacheco Melo

Amílcar de Moraes Pires

Luís de Azevedo Coutinho

João Pedro Baptista

Jorge Tomé

Gerald McGowan

António Caria

Armando Vara

Fernando Soares Carneiro

Rui Pedro Soares

Franquelim Alves

Francisco Pereira Soares



Demonstrações financeiras

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2006		2005	
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de Investigação e desenvolvimento	10	7.305.329	(4.291.127)	3.014.202	4.823.747
Propriedade industrial e outros direitos	10	626.704	(350.856)	275.848	378.608
Trespases	9,10	566.522.581	(136.565.983)	429.956.598	463.053.414
Imobilizações em curso	10	-	-	-	185.000
		<u>574.454.614</u>	<u>(141.207.966)</u>	<u>433.246.648</u>	<u>468.440.769</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	10	111.715	(3.103)	108.612	39.800
Equipamento de transporte	10	2.529.884	(1.322.088)	1.207.796	1.376.329
Ferramentas e utensílios	10	574	(574)	-	-
Equipamento administrativo	10	828.193	(789.372)	38.821	1.327.641
Outras imobilizações corpóreas	10	1.045.754	(7.362)	1.038.392	1.002.093
Imobilizações em curso	10	-	-	-	-
		<u>4.516.120</u>	<u>(2.122.499)</u>	<u>2.393.621</u>	<u>3.745.863</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	833.757.548	-	833.757.548	2.206.735.390
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	9.469.993.159	-	9.469.993.159	2.817.194.727
Partes de capital em empresas associadas	10,16	43.346.167	-	43.346.167	39.816.078
Empréstimos a empresas associadas	10,16	35.318.668	-	35.318.668	30.793.746
Partes de capital em outras empresas	10,16	80.298.048	(1.995.192)	78.302.856	56.803.537
Outros empréstimos concedidos	10,16	3.574.300	(3.292.066)	282.234	282.234
Títulos e outras aplicações financeiras	10	-	-	-	2.655.000
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10,16	1.382.000	-	1.382.000	1.350.000
		<u>10.467.669.890</u>	<u>(5.287.258)</u>	<u>10.462.382.632</u>	<u>5.155.630.712</u>
CIRCULANTE:					
Dívidas de terceiros - curto prazo:					
Empresas do grupo	16	338.531.706	-	338.531.706	275.633.074
Empresas participadas e participantes		8.242.536	-	8.242.536	6.396.636
Adiantamentos a fornecedores		159.666	-	159.666	99.527
Estado e outros entes públicos	49	15.896.153	-	15.896.153	10.704.433
Outros devedores		5.359.284	-	5.359.284	5.244.186
		<u>368.189.345</u>	<u>-</u>	<u>368.189.345</u>	<u>298.077.856</u>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis	51	389.079.666	-	389.079.666	420.057.134
Outras aplicações de tesouraria	51	919.566.991	-	919.566.991	1.073.113.162
		<u>1.308.646.657</u>	<u>-</u>	<u>1.308.646.657</u>	<u>1.493.170.296</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	55	85.467.015	-	85.467.015	98.512.496
Caixa	55	2.000	-	2.000	20.000
		<u>85.469.015</u>	<u>-</u>	<u>85.469.015</u>	<u>98.532.496</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	52	14.793.120		14.793.120	16.450.542
Custos diferidos	52	1.655.478		1.655.478	2.941.142
Activos por impostos diferidos	6	15.076.411		15.076.411	161.895.276
		<u>31.525.009</u>		<u>31.525.009</u>	<u>181.286.960</u>
Total de amortizações			<u>(143.330.465)</u>		
Total de ajustamentos			<u>(5.287.258)</u>		
Total do activo		<u>12.840.470.650</u>	<u>(148.617.723)</u>	<u>12.691.852.927</u>	<u>7.698.884.952</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2006.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	2006	2005
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	35,36,40	395.099.775	1.128.856.500
Prémios de emissão de acções	40	-	91.704.891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(6.784.237)	881.218.517
Reservas:			
Reserva legal	40	82.706.881	179.229.361
Outras reservas	40	1.078.257.319	131.272.144
Resultados transitados	40	997.718.913	238.974.490
Resultado líquido do exercício	40	658.585.998	500.021.577
Total do capital próprio		<u>3.205.584.649</u>	<u>3.151.277.480</u>
PASSIVO:			
Provisões :			
Provisões para impostos	34	15.053.536	5.012.148
Outras provisões	34	484.570.549	860.737.818
		<u>499.624.085</u>	<u>865.749.966</u>
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	620.965.775	714.738.150
Outros empréstimos obtidos	48	1.125.450.000	1.199.553.000
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	777.584	715.994
		<u>1.747.193.359</u>	<u>1.915.007.144</u>
Dívidas a terceiros - curto prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis	48	-	390.335.000
Dívidas a instituições de crédito	48	93.772.376	80.279.225
Outros empréstimos obtidos	48	749.411.565	574.774.497
Fornecedores - conta corrente		13.256.899	13.366.594
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		198.386	188.350
Empresas do grupo	16	540.626.362	349.291.440
Empresas participadas e participantes		-	5.068.552
Outros accionistas		645.428	625.370
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	594.351	753.365
Estado e outros entes públicos	49	113.935.277	1.741.323
Outros credores		1.451.611	9.019.515
		<u>1.513.892.255</u>	<u>1.425.443.231</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	52	91.530.705	66.417.124
Proveitos diferidos	52	5.627.960.165	902.266
Passivos por impostos diferidos	6	6.067.709	274.087.741
		<u>5.725.558.579</u>	<u>341.407.131</u>
Total do passivo		<u>9.486.268.278</u>	<u>4.547.607.472</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>12.691.852.927</u>	<u>7.698.884.952</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2006.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	2005
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		19.765.782	25.070.301
Custos com o pessoal:			
Remunerações		29.247.546	19.062.904
Encargos sociais:			
Outros		1.644.514	2.751.777
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	3.505.295	2.603.405
Provisões	34	11.233.329	6.459.810
Impostos		4.762.433	3.801.046
Outros custos e perdas operacionais		298.624	426.211
(A)		70.457.523	60.175.454
Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	45	32.026.949	37.191.683
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	62.939.343	52.084.341
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		10.770.703	8.069.245
Outros	45	121.230.642	133.281.527
(C)		226.967.637	230.626.796
Custos e perdas extraordinários	46	171.108.685	27.761.868
(E)		468.533.845	318.564.118
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	(320.944.240)	(6.864.522)
(C)		147.589.605	311.699.596
Resultado líquido do exercício		658.585.998	500.021.577
		806.175.603	811.721.173
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		7.310.530	12.640.134
Proveitos suplementares		99.765	341.918
(B)		7.410.295	12.982.052
Rendimentos de participações de capital	45	1.357.000	2.279.386
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	676.561.613	596.682.104
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		8.506.578	8.194.546
Outros	45	111.014.374	132.684.518
(D)		797.439.565	739.840.554
Proveitos e ganhos extraordinários	46	1.325.743	58.898.567
(F)		806.175.603	811.721.173
Resultados operacionais:	(B) - (A)	(63.047.228)	(47.193.402)
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	570.471.928	509.213.758
Resultados correntes:	(D) - (C)	507.424.700	462.020.356
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	337.641.758	493.157.055
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	658.585.998	500.021.577

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 54	2006	2005
Vendas e prestações de serviços	a)	7.310.530	12.640.134
Custo das vendas e das prestações de serviços	b)	(59.623.360)	(42.644.154)
Resultados Brutos		(52.312.830)	(30.004.020)
Outros proveitos e ganhos e operacionais		44.156	230.517
Custos administrativos		(3.271.970)	(2.982.554)
Outros custos e perdas operacionais	c)	(46.115.860)	(22.171.805)
Resultados Operacionais		(101.656.503)	(54.927.862)
Custo líquido de financiamento	d)	(13.826.590)	(25.397.535)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	e)	568.471.148	578.314.489
Ganhos (perdas) em outros investimentos		220.263	4.187.407
Resultados Correntes		453.208.318	502.176.499
Impostos sobre os resultados correntes	f)	205.377.680	(2.154.922)
Resultados Correntes após impostos		658.585.998	500.021.577
Resultado líquido do exercício		658.585.998	500.021.577

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(37.184.983)	(72.439.388)
Pagamentos ao pessoal		(32.014.833)	(11.525.834)
Fluxo gerado pelas operações		(69.199.816)	(83.965.222)
Recebimentos/(pagamentos) do imposto sobre o rendimento		210.741.277	202.064.836
Outros (pagamentos) / recebimentos relativos à actividade operacional		(7.416.680)	31.687.334
Fluxos das actividades operacionais (1)		134.124.781	149.786.948
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Títulos negociáveis		14.466.593.643	9.665.032.624
Investimentos financeiros	55.a)	8.928.308.208	969.316.396
Imobilizações corpóreas		1.590.977	-
Juros e proveitos similares		31.606.919	45.535.437
Dividendos	55.b)	445.401.221	615.002.132
Outras actividades de investimento	55.c)	59.305.910	40.060.638
		23.932.806.878	11.334.947.227
Pagamentos respeitantes a:			
Títulos negociáveis		(14.282.070.004)	(9.811.716.613)
Investimentos financeiros	55.d)	(9.015.744.666)	(1.001.386.315)
Imobilizações Corpóreas		(670.507)	-
Imobilizações Incorpóreas		(428.286)	-
Outras actividades de investimento	55.e)	(10.355.216)	-
		(23.309.268.679)	(10.813.102.928)
Fluxos das actividades de investimento (2)		623.538.199	521.844.299
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	55.f)	21.968.015.500	34.960.985.902
Outras actividades de financiamento		9.804.000	-
		21.977.819.500	34.960.985.902
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	55.g)	(22.102.287.507)	(34.710.078.835)
Amortização de contratos de locação financeira		(850.955)	-
Juros e custos similares		(103.487.777)	(99.597.187)
Dividendos	40	(536.206.837)	(395.085.000)
Aquisição de acções próprias		(5.046.222)	(340.455.888)
Outras actividades de financiamento		(3.449.706)	-
		(22.751.329.004)	(35.545.216.910)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(773.509.504)	(584.231.008)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(15.846.524)	87.400.239
Efeito das diferenças de câmbio		2.783.043	(1.833.566)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	55.h)	98.532.496	12.965.823
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	55.h)	85.469.015	98.532.496

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial ("Grupo Portugal Telecom" ou "Grupo"), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, as quais foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

Na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, a Portugal Telecom adoptou em 2005 os IFRS – International Financial Reporting Standards tal como adoptados pela União Europeia. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, bem como os resultados dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

a) Detentores do capital

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2006, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 7,0% do capital da Portugal Telecom, detendo igualmente 500 acções de Categoria A (Nota 36), que lhes conferem direitos especiais.

b) Acções cotadas

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext e na *NYSE - New York Stock Exchange*.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras individuais da Portugal Telecom encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS" ou "IFRS"); estas demonstrações financeiras foram preparadas atendendo à convenção do custo histórico, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para a apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por *trespasses* decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (*goodwill*) e são amortizadas de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	3 - 5
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	3 - 8

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, é registada como *trespasse (goodwill)* na rubrica "Imobilizações incorpóreas", caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas", caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões (Nota 34).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas efectuadas dentro do Grupo são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. No caso de anulação das mais-valias, o efeito dessa anulação é registado em resultados financeiros na rubrica de "Ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas".

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, que reúnam as condições previstas na Directriz Contabilística N.º 25, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias

Os encargos com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e incluídos na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica "Ganhos em empresas do grupo e associadas" (Nota 45.d)).

As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo das empresas do Grupo

abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período (Nota 6).

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por aplicações de tesouraria de curto prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes na data do balanço (Nota 4).

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão das demonstrações dos resultados e da demonstração de fluxos de caixa;
- taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio;

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas".

l) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de *swap* de taxa de juro e de taxa de câmbio e *equity swaps* sobre acções próprias e acções de subsidiárias.

Os *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio são contratados para reduzir a exposição a alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura de passivos financeiros, sendo igualmente contratadas operações de *forward* e opções cambiais (Nota 53).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu *fair value* na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

Os *equity swaps* sobre acções próprias são contratados no âmbito do programa de recompra de acções próprias, com o objectivo de flexibilizar a sua execução. Os *equity swaps* sobre acções de empresas subsidiárias são contratados na prossecução da política de gestão de exposição a investimentos financeiros. Os ganhos com os *equity swaps* são reconhecidos quando efectivos e as perdas são reconhecidas quando conhecidas ou quando estimadas com razoável certeza.

4. Cotações Utilizadas para Conversão de saldos em Moeda Estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Dólar Americano	USD	1,3170
Libra Esterlina	GBP	0,6715
Real Brasileiro	BRL	2,8118

6. Impostos e Taxas

- (a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, a derrama passará a ser no máximo de 1.5% sobre a matéria colectável, atingindo desta forma uma taxa máxima de 26.5%. O impacto da alteração de taxa de derrama na valorização dos impostos diferidos foi registado em 2006 no resultado do exercício ou directamente na situação líquida, de acordo com o reconhecimento dos respectivos impostos diferidos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS" ou "consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; PT Imobiliária, S.A.; PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.; Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda.; PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro"); PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A. ("PT Meios"); PT-Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI"); PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação ,S.A. ("PT Compras"); PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Corporate"); PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ("PT Wi- FI"); PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A. ("PT II"); PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações"); PT.com – Comunicações Interactivas, S.A. ("PT.com"); PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"); PT Rede Fixa, SGPS, S.A. ("PT Rede Fixa"); PT

Centro Corporativo, S.A. ("PT Centro Corporativo"); Web-Lab, SGPS, S.A. ("Web-Lab"); Infonet, S.A. ("Infonet"); e Digidoc, S.A.

- (b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data (Nota 34).
- (c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.
- (d) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, em 31 de Dezembro de 2006 foram reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, 15.076.411 Euros e 6.067.709 Euros. O detalhe dos saldos e movimentos ocorridos no exercício de 2006 é o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos / (Reduções)			Alteração da taxa de imposto	Saldo final
		Utilização do crédito fiscal	Resultado Líquido	Capital Próprio		
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis	123.966.424	(123.966.424)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	8.914.755	-	3.364.577	-	(446.521)	11.832.811
Outros	29.014.097	-	(25.785.345)	137.248	(122.400)	3.243.600
	<u>161.895.276</u>	<u>(123.966.424)</u>	<u>(22.420.768)</u>	<u>137.248</u>	<u>(568.921)</u>	<u>15.076.411</u>
Passivos por impostos diferidos						
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	267.791.061	-	(267.791.061)	-	-	-
Outros	6.296.680	-	-	-	(228.971)	6.067.709
	<u>274.087.741</u>	<u>-</u>	<u>(267.791.061)</u>	<u>-</u>	<u>(228.971)</u>	<u>6.067.709</u>
		<u>123.966.424</u>	<u>(245.370.293)</u>	<u>(137.248)</u>	<u>339.950</u>	

No ano de 2006 e de acordo com a legislação fiscal aplicável, a Empresa optou por tributar voluntariamente as mais-valias suspensas ao abrigo do regime de reinvestimento. Em resultado desta decisão, foram revertidos os impostos diferidos passivos no montante de Euro 267.791.061 e reconhecida uma insuficiência de estimativa de imposto no montante de Euro 125.818.532, correspondente à parcela do imposto devido, a qual foi parcialmente compensada pela utilização de prejuízos fiscais reportáveis, conforme acima indicado.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	337.641.758
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	<u>92.851.483</u>
Diferenças permanentes (a)	(123.275.015)
Reversão do imposto diferido sobre as mais-valias fiscais com tributação suspensa	(267.791.061)
Liquidação de uma empresa subsidiária	(53.342.681)
Outras diferenças temporárias	<u>30.613.034</u>
	<u><u>(320.944.240)</u></u>
O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:	
Imposto corrente	(75.913.897)
Imposto diferido	<u>(245.030.343)</u>
	<u><u>(320.944.240)</u></u>

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 45.b) e d))	(598.015.162)
Insuficiência de estimativa para imposto (i) (Nota 46)	123.017.051
Amortização do <i>goodwill</i> (Nota 45)	32.026.949
Poupança resultante da consolidação fiscal (Nota 45.d))	(15.607.108)
Outras	<u>10.305.490</u>
	<u>(448.272.780)</u>
Taxa nominal de imposto	27,5%
	<u><u>(123.275.015)</u></u>

(i) No exercício de 2006, a insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento resultou essencialmente da tributação voluntária de mais-valias fiscais com tributação suspensa no montante de 125.818.532 Euros (Nota 46).

7. Número Médio de Pessoal

No exercício de 2006, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa, que em parte é cedido por empresas do grupo, é o seguinte:

Pessoa da Portugal Telecom	
Efectivos	32
Contratados a termo	<u>3</u>
	35
Pessoal cedido por empresas do Grupo	<u>35</u>
	<u><u>70</u></u>

As responsabilidades com pensões de reforma relativas a empregados cedidos por empresas do Grupo foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica "Custos com o pessoal".

9. Amortizações de Trespases

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de trespases (*goodwill*) tem a seguinte composição (Nota 10.a)):

	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
PT-Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimédia")	199.585.520	52.875.397	146.710.123
PT.Com	173.465.618	36.861.444	136.604.174
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89.338.063	18.984.339	70.353.724
UOL	54.055.131	9.728.225	44.326.906
PT Prime	33.817.393	6.763.478	27.053.915
Web-Lab	8.179.594	3.271.838	4.907.756
PT SI	8.081.262	8.081.262	-
	<u>566.522.581</u>	<u>136.565.983</u>	<u>429.956.598</u>

O *goodwill* decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, a que corresponde o período de 20 anos, excepto no caso da UOL em que esse prazo é de 10 anos.

10. Activo Imobilizado

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no exercício de 2006 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

	Activo Bruto					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Actualização Cambial (Nota 40)	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	6.973.398	331.931	-	-	-	7.305.329
Propriedade industrial e outros direitos	606.376	96.355	-	-	(76.027)	626.704
Trespases (Nota 9)	567.858.200	-	-	(1.335.619)	-	566.522.581
Imobilizado em curso	185.000	-	-	-	(185.000)	-
	<u>575.622.974</u>	<u>428.286</u>	<u>-</u>	<u>(1.335.619)</u>	<u>(261.027)</u>	<u>574.454.614</u>
Imobilizações Corpóreas:						
Edifícios e outras construções	40.000	111.715	(40.000)	-	-	111.715
Equipamento de transporte	3.212.962	801.542	(874.356)	-	(610.264)	2.529.884
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	3.284.727	260.782	(2.712.712)	-	(4.604)	828.193
Outras imobilizações corpóreas	1.137.722	120.359	(212.327)	-	-	1.045.754
	<u>7.675.985</u>	<u>1.294.398</u>	<u>(3.839.395)</u>	<u>-</u>	<u>(614.868)</u>	<u>4.516.120</u>
	Amortizações acumuladas					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Actualização Cambial (Nota 40)	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.149.651	2.141.476	-	-	-	4.291.127
Propriedade industrial e outros direitos	227.768	199.115	-	-	(76.027)	350.856
Trespases (Notas 9 e 45)	104.804.786	32.026.949	-	(265.752)	-	136.565.983
	<u>107.182.205</u>	<u>34.367.540</u>	<u>-</u>	<u>(265.752)</u>	<u>(76.027)</u>	<u>141.207.966</u>
Imobilizações Corpóreas:						
Edifícios e outras construções	200	9.387	(6.484)	-	-	3.103
Equipamento de transporte	1.836.633	581.196	(730.612)	-	(365.129)	1.322.088
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	-	574
Equipamento administrativo	1.957.086	535.418	(1.699.022)	-	(4.110)	789.372
Outras imobilizações corpóreas	135.629	38.703	(166.970)	-	-	7.362
	<u>3.930.122</u>	<u>1.164.704</u>	<u>(2.603.088)</u>	<u>-</u>	<u>(369.239)</u>	<u>2.122.499</u>

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos nas rubricas de investimentos financeiros, no exercício de 2006, foram os seguintes:

	Saldo	Aplicação	Distribuição	Aumentos (iii)	Ajustamentos / Transferências (iv)	Reduções (v)	Liquidação (vi)	Alienação (vii)	Saldo final
	inicial	da equivalência patrimonial (i)	de dividendos e reservas (ii)						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	2.206.735.390	531.699.304	(441.769.651)	18.350.000	(18.250.000)	(82.199.225)	-	(1.380.808.270)	833.757.548
Empréstimos a empresas do grupo	2.817.194.727	-	-	8.699.979.123	53.143	(53.232.949)	(364.729.606)	(1.629.271.279)	9.469.993.159
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	39.816.078	5.804.649	(2.274.570)	-	10	-	-	-	43.346.167
Empréstimos a empresas associadas	35.318.668	-	-	-	-	-	-	-	35.318.668
Partes de capital em outras empresas	58.798.730	-	-	19.320.000	-	-	2.179.318	-	80.298.048
Outros empréstimos concedidos	3.574.300	-	-	-	-	-	-	-	3.574.300
Títulos e outras aplicações financeiras	2.655.000	-	-	810.000	(1.136.737)	(2.328.263)	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	1.350.000	-	-	32.000	-	-	-	-	1.382.000
	5.165.442.893	537.503.953	(444.044.221)	8.738.491.123	(19.333.584)	(137.760.437)	(362.550.288)	(3.010.079.549)	10.467.669.890
Ajustamentos a investimentos financeiros (viii)	(9.812.181)	-	-	2.280.721	2.244.202	-	-	-	(5.287.258)
	<u>5.155.630.712</u>	<u>537.503.953</u>	<u>(444.044.221)</u>	<u>8.740.771.844</u>	<u>(17.089.382)</u>	<u>(137.760.437)</u>	<u>(362.550.288)</u>	<u>(3.010.079.549)</u>	<u>10.462.382.632</u>

- (i) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d)	596.463.798
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	23.853.661

Diminuições:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b)	(3.129.022)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(79.684.484)
	<u>537.503.953</u>

- (ii) Os dividendos e reservas recebidos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição (Nota 55.b):

PT Comunicações	245.009.785
TMN	109.903.167
PT Multimédia	49.667.668
PT Prime	22.090.542
PT Inovação	15.000.000
Páginas Amarelas	2.274.570
Previsão	98.489
	<u>444.044.221</u>

- (iii) O aumento ocorrido na rubrica de "Partes de capital em empresas do Grupo", respeita à constituição da PT Portugal, PT Rede Fixa e PT Centro Corporativo (Nota 55.d)) e ao aumento de capital na Web Lab, por conversão de prestações acessórias no montante de 18.200.000 Euros (Nota 10v)).

O aumento ocorrido na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo", foi como segue (Nota 55.d)):

Empréstimos a empresas do grupo (Nota 55.d):

PT Portugal	8.636.000.000
PT Compras	20.500.000
PT Inovação	15.000.000
PT II	9.500.000
PT SI	7.000.000
PT Wi-Fi	7.000.000
PT Ventures	4.979.123
	<u>8.699.979.123</u>

O aumento ocorrido na rubrica de "Partes de capital em outras empresas" respeita à subscrição de acções do BES no aumento de capital ocorrido no exercício de 2006, pelo montante total de 19.320.000 Euros (Nota 55.d)). Na sequência desta operação, a Portugal Telecom manteve a mesma participação nesta empresa.

O aumento verificado na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras" refere-se ao reforço do investimento no Fundo de *private equity* Iris Capital (Nota 55.d)), no montante de 810.000 Euros.

(iv) Os ajustamentos/transferências ocorridos na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" no valor de 18.250.000 Euros e o "Ajustamento para investimentos financeiros", no montante de 2.244.202 Euros, respeitam a transferências para a rubrica de "Provisões para perdas em investimentos financeiros" no montante total de 16.005.798 Euros (Nota 34). O movimento ocorrido na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo" respeita à actualização cambial dos empréstimos concedidos à PT Brasil. O movimento ocorrido na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras", no montante de 1.136.737 (Nota 45.c), refere-se à variação no valor de mercado do Fundo Iris Capital.

(v) O decréscimo ocorrido na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo" respeita às reduções de capital na PT Brasil ocorridas em 2006. A redução, no total de 53.232.949 Euros, na rubrica de "Empréstimos a empresas do grupo" respeita à conversão de prestações acessórias concedidas à Web-Lab em capital social (Nota 10 iii)), no montante de 18.200.000 Euros, e ao reembolso de empréstimos, no montante de 35.032.949 Euros, conforme segue (Nota 55.a)):

PT Prime	10.000.000
PT Inovação	9.824.924
PT Ventures	8.431.338
PT Brasil	6.776.687
	<u>35.032.949</u>

A redução ocorrida na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras" refere-se à alienação em 30 de Maio de 2006 da totalidade dos títulos detidos no Fundo Iris Capital à PT Prestações (fundo

autónomo para cobrir as responsabilidades com cuidados de saúde) pelo montante de 2.328.263 Euros.

(vi) No exercício de 2006 foi efectuada a liquidação da PT Prime SGPS, por incorporação na Portugal Telecom de todos os seus activos e passivos. Esta operação teve os seguintes impactos nas rubricas de investimentos financeiros: (a) a rubrica de "Empréstimos a empresas do Grupo" foi reduzida em 371.219.545 Euros, referentes às prestações acessórias concedidas pela Empresa à PT Prime SGPS; (b) a rubrica de "Empréstimos a empresas do Grupo" foi aumentada em 6.489.939 Euros, referentes aos suprimentos concedidos pela PT Prime SGPS à Tradecom SGPS; e (c) a rubrica "Partes de capital em outras empresas" foi aumentada em 2.179.318 Euros, referentes ao custo de aquisição das acções da Telefónica, S.A. anteriormente detidas pela PT Prime SGPS.

(vii) Esta rubrica respeita à alienação à PT Portugal, sociedade constituída no primeiro semestre de 2006 e detida integralmente pela Portugal Telecom, das participações financeiras na PT Comunicações e na TMN, incluindo as prestações acessórias concedidas a estas empresas. Esta transacção foi efectuada pelo montante total de 8.636.000.000 Euros, o qual foi concedido antecipadamente à PT Portugal sob a forma de prestações acessórias. No seguimento desta transacção, as rubricas de "Partes de capital em empresas do Grupo" e "Empréstimos a empresas do Grupo" foram reduzidas em 1.380.808.269 Euros e 1.629.271.279 Euros (Nota 55.a)), respectivamente, tendo sido apurada uma mais-valia total no montante de 5.625.920.451 euros (Nota 52), a qual foi diferida em virtude de se tratar de uma operação intra-grupo (Nota 3.c)).

(viii) Os ajustamentos a investimentos financeiros respeitam ao seguinte:

Partes de capital em outras empresas	1.995.192
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	3.292.066
	<u>5.287.258</u>

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2006, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do *goodwill*, líquido de amortizações acumuladas) não excede o respectivo valor estimado de realização (*fair value*).

15. Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

	<u>Capital</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2007	532.610	33.564	566.174
2008	392.659	20.040	412.699
2009	278.051	8.741	286.792
2010	106.874	1.577	108.451
	<u>1.310.194</u>	<u>63.923</u>	<u>1.374.116</u>

16. Empresas do Grupo e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2006, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo e associadas, era como segue:

Partes de capital em empresas do grupo

Denominação	Sede	Capitais Próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
PT Portugal	(a) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	8.815.152.696	250.926.280	100%	179.152.696	-
PT Prime	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	76.321.025	34.966.251	100%	76.321.025	-
PT Prime Tradecom	(b) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	756.405	492.028	66%	-	3.435.437
PT Ventures	(c) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	188.906.285	58.287.692	100%	-	54.928.093
PT Brasil	R.Sampaio Viana, 277-5º Paraíso - S.Paulo, Brasil	28.970.250	(2.550.128)	99,95%	28.956.046	-
PT Ásia	Rua Pedro José Lobo, 1-3 Macau	(11.578.784)	(3.648.071)	95,92%	-	11.106.369
PT Inovação	(d) R. Engº José Ferreira Pinto Basto - Aveiro	20.556.304	12.502.229	100%	18.062.315	-
PT SI	(e) Urb., Tagusparque –Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 - Porto Salvo - Oeiras	15.829.221	3.741.651	99,80%	-	205.198
Portugal Telecom Europa	(f) Blue Tower – 324 – Av. Louise, BTE 16º floor - Bélgica - 1050 Bruxelas	171.656	-	98,67%	169.373	-
PT Multimédia	Av. 5 de Outubro, 208, Lisboa	415.173.973	68.558.269	58,43%	242.592.091	-
PT Pro	(g) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	39.494.252	(12.778.758)	100%	-	48.091.660
PT.com	(h) Av. 5 de Outubro, nº 206 2º - Lisboa	90.449.636	1.999.701	100%	-	273.231.492
PT WI-FI	(i) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	387.205	(5.061.387)	100%	-	13.612.795
PT Imobiliária	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	26.992.186	(575.195)	100%	26.992.186	-
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	5.001.201	271.923	78,12%	3.906.938	-
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Strawinkylaan 3105, 7º floor - Amsterdam, Holanda	257.559.828	3.854.763	100%	257.559.828	-
PT Meios	(j) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 39 -Lisboa	(3.918.882)	(415.364)	100%	-	5.738.882
PT Compras	(k) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	476.242	(8.530.072)	100%	-	23.923.758
PT Corporate	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(583.798)	(250.938)	100%	-	583.798
PT II	(l) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	700.769	(4.558.749)	100%	-	13.799.231
WebLab	(m) Rua do Noronha, nº 1 Lisboa	586.669	(1.975.562)	100%	-	213.331
PT Rede Fixa	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	45.051	(4.950)	100%	45.050	-
PT Centro Corporativo	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(19.001.406)	(19.051.406)	100%	-	19.001.406
					<u>833.757.548</u>	<u>467.871.450</u>

Partes de capital em empresas associadas:

Páginas Amarelas	Av.Republica, 50, 6º Lisboa	14.959.303	8.454.353	24,875%	3.721.127	-
SGPICE	Rua Mouzinho da Silveira, 32, 7º-Lisboa	(6.760.199)	(1.245.430)	11,11%	-	751.057
UOL	São Paulo - Brasil	178.732.702	21.209.387	22,17%	39.625.040	-
Sportinveste Multimédia,SGPS,SA	(n) Lg. Lagoa, nº15 A Linda-a-Velha	269.096	(7.042.432)	50%	-	15.948.042
					<u>43.346.167</u>	<u>16.699.099</u>
						<u>484.570.549</u>

-
- (a) A PT Portugal adquiriu à Portugal Telecom os investimentos financeiros na TMN e PT Comunicações, tendo optado por valorizar esses investimentos a custo de aquisição. Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial à PT Portugal, a Portugal Telecom efectua os ajustamentos necessários às demonstrações financeiras dessa subsidiária, nomeadamente a valorização dos investimentos financeiros pelo método de equivalência patrimonial. A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 8.636.000.000 Euros.
- (b) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 5.961.612 Euros, dos quais 4.261.612 Euros foram concedidos pela Portugal Telecom.
- (c) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 243.834.378 Euros.
- (d) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 2.493.989 Euros.
- (e) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 16.034.831 Euros, dos quais 16.028.970 Euros foram concedidos pela Empresa.
- (f) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participação reportam a 31 de Dezembro de 2002.
- (g) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 87.585.912 Euros.
- (h) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 363.681.128 Euros.
- (i) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 14.000.000 Euros.
- (j) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 1.820.000 Euros
- (k) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 24.400.000 Euros
- (l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 14.500.000 Euros.
- (m) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 800.000 Euros
- (n) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 32.165.181 Euros, dos quais 32.023.168 Euros foram concedidas pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de "Partes de capital em outras empresas" tem a seguinte composição (Nota 10.b)):

BES - Banco Espírito Santo S.A.	74.620.000
Telefónica	2.179.318
INESC	1.995.192
Taguspark	1.296.875
Outras	206.663
	<u>80.298.048</u>
Ajustamento a investimentos financeiros	<u>(1.995.192)</u>
	<u><u>78.302.856</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos a empresas do grupo têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Prestações acessórias e suplementares concedidas:	
PT Portugal	8.636.000.000
PT.com	363.681.128
PT Ventures	243.834.378
PT Pro	87.585.912
PT Compras	24.400.000
PT SI	16.028.970
PT II	14.500.000
PT WI-FI	14.000.000
PT Prime Tradecom	4.261.612
PT Inovação	2.493.989
PT Meios	1.820.000
Weblab	800.000
	<u>9.409.405.989</u>
Empréstimos de Financiamento:	
PT Prime	19.354.145
PT Inovação	15.000.000
PT-SI	7.000.000
PT Ásia	5.201.547
PT Ventures	4.979.123
PT Brasil	4.324.027
PT WIFI	2.500.000
PT Prime Tradecom	2.228.328
	<u>60.587.170</u>
	<u>9.469.993.159</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Sportinveste Multimédia (a)	35.318.668
INESC (b)	3.292.066
Outras Empresas	282.234
	<u>38.892.968</u>
Ajustamento a investimentos financeiros	<u>(3.292.066)</u>
	<u>35.600.902</u>

(a) Esta rubrica inclui prestações acessórias no montante de 30.023.168 Euros (Nota 18) e suprimentos no montante de 5.295.500 Euros.

(b) Este empréstimo encontra-se totalmente ajustado em 31 de Dezembro de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, as contas a receber de curto prazo de empresas do grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos concedidos:	
PT Meios	2.440.000
PT Ásia	1.047.900
PT Ventures	952.100
	<u>4.440.000</u>
Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal (a)	<u>37.205.715</u>
Valor a receber das Empresas do Grupo por efeito da tesouraria centralizada (b)	
PT Comunicações	162.431.866
PT Multimédia	34.144.380
PT Prime	19.290.961
PT Contact	6.791.194
PT SI	6.480.772
PT Centro Corporativo	2.452.219
PT Meios	1.581.166
PT Corporate	867.950
	<u>234.040.508</u>
Outros valores a receber relativos a operações correntes:	
PT Comunicações	18.033.015
PT Brasil	11.669.338
PT Centro Corporativo	6.825.777
PT Ventures	6.149.171
PT II	3.339.872
Brasilcel	3.296.608
PT Ásia	3.215.417
TMN	2.471.572
PT Multimédia	1.607.991
PT.com	1.375.736
PT Prestações	1.334.890
Outras	3.526.096
	<u>62.845.483</u>
	<u>338.531.706</u>

(a) Este valor refere-se essencialmente à colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal, no montante de 31.853.061 Euros.

(b) A Portugal Telecom, a partir de Março de 2006, passou a centralizar todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sedeadas em Portugal e integralmente detidas pela Portugal Telecom.

Em 31 de Dezembro de 2006, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos obtidos de curto prazo:	
PT Imobiliária	11.822.403
Web-Lab	80.000
	<u>11.902.403</u>
Valor a pagar às empresas do grupo por efeito da tesouraria centralizada (a):	
TMN	398.336.613
PT.Com	81.251.804
PT Pro	7.972.649
PT Inovação	2.188.898
PT Wi-Fi	1.990.183
PT Móveis	1.620.623
PT Ventures	1.604.857
PT II	1.355.456
PT Prime Tradecom	1.327.089
PT Compras	1.085.430
Directel	734.116
PT Prestações	121.679
PT Rede Fixa	45.130
PT Portugal	45.045
Telemática	31.374
	<u>499.710.946</u>
Outros valores a pagar relativos a operações correntes:	
PT Comunicações	26.817.729
TMN	688.670
PT Investimentos Internacionais	599.478
PT Pro	251.076
PT Inovação	123.465
PT.com	113.193
PT Ventures	109.556
TV Cabo Portugal	104.685
PT Brasil	102.022
Outras	103.139
	<u>29.013.013</u>
	<u>540.626.362</u>

(a) A Portugal Telecom, a partir de Março de 2006, passou a centralizar todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sediadas em Portugal e integralmente detidas pela Portugal Telecom.

18. Garantias Prestadas a Empresas Participadas

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha cartas conforto e solicitado garantias a favor de terceiros, conforme segue:

- Emissão de uma fiança ao 14º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a liquidações adicionais de IRC no valor de 16.500.043 Euros.

-
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a uma liquidação de IVA de 2000, no montante de 1.084.093 Euros e a liquidações adicionais de IRC de 2000 e 2001, no montante de 2.750.704 Euros.
 - Apresentação de garantias bancárias ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa, correspondentes a liquidações de IVA de 2001, no montante de 1.283.422 Euros, e a liquidações de IVA de 2002, no montante de 3.310.805 Euros.
 - Apresentação de garantias bancárias ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa, correspondente a liquidação de IVA de 2001, no montante de 827.911 Euros, a favor da PT Investimentos, actualmente incorporada na Portugal Telecom.
 - Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidação adicional de IVA de 2001, no montante de 816.860 Euros, e a liquidações adicionais de IRC de 2002, no montante de 996.940 Euros.
 - Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidações adicionais de IRC de 2003, no montante de 222.289 Euros e de 2.179.095 Euros.

A Empresa prestou ainda um aval na livrança subscrita pela Mobitel a favor do Banco Espírito Santo, para contratação de uma linha de crédito no montante de 17 milhões de dólares americanos ("USD"), a qual à data de 31 de Dezembro de 2006 apresentava uma utilização de USD 16.850.000, correspondente a 12.794.229 Euros.

Adicionalmente, a Portugal Telecom e os restantes accionistas da Sportinveste celebraram um Acordo Parassocial através do qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40.000.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2006, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste Multimédia, no montante de 30.023.168 Euros (Nota 16).

19. Valores de Mercado do Activo Circulante

Em 31 de Dezembro de 2006, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelos ajustamentos constituídos.

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2006, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a 647.796.323 Euros (Nota 48.e)).

34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Os movimentos ocorridos no exercício de 2006 nas rubricas de provisões foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações/ transferências	Liquidação	Saldo final
Provisões:						
Provisão para impostos (a)	5.012.148	11.233.329	-	(1.191.941)	-	15.053.536
Outras provisões:						
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (b)	859.628.818	71.668.907	(67.182.452)	(16.005.798)	(363.538.926)	484.570.549
Outros (c)	1.109.000	-	(491.205)	(617.795)	-	-
	<u>860.737.818</u>	<u>71.668.907</u>	<u>(67.673.657)</u>	<u>(16.623.593)</u>	<u>(363.538.926)</u>	<u>484.570.549</u>
	<u>865.749.966</u>	<u>82.902.236</u>	<u>(67.673.657)</u>	<u>(17.815.534)</u>	<u>(363.538.926)</u>	<u>499.624.085</u>

- (a) O aumento ocorrido nesta rubrica resulta da avaliação efectuada pela gestão relativamente a contingências fiscais decorrentes de inspecções efectuadas no exercício (8.138.169 Euros referentes a IRC e 3.095.160 Euros referentes a impostos indirectos e retenções na fonte). A coluna de "Utilizações/transferências" respeita à utilização de uma provisão constituída em exercícios anteriores para fazer face a uma liquidação de IRC relativa ao exercício de 2001.
- (b) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo a quota-parte nos capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os aumentos, reduções e transferências ocorridos durante o exercício de 2006 foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:	
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	59.810.321
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	11.858.586
	<u>71.668.907</u>
Reduções:	
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	(64.490.707)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(2.691.745)
	<u>(67.182.452)</u>
Transferências:	
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	<u>(16.005.798)</u>

Em Abril de 2006, a PT Prime SGPS foi objecto de liquidação, tendo os seus activos e passivos sido integrados na Portugal Telecom (Nota 10). Em resultado desta operação, foi eliminada a provisão para os capitais próprios negativos da PT Prime SGPS, no montante de 367.894.100 Euros, e incorporadas as provisões para os capitais próprios negativos das participadas Tradecom e SGPICE, nos montantes de 3.771.755 Euros e 583.419 Euros, respectivamente.

- (c) No âmbito da alienação em 2005 do investimento financeiro detido pela Portugal Telecom na Lusomundo Media, foi reconhecida uma provisão no montante de 1.108.400 Euros para fazer face a eventuais contingências decorrentes do contrato de venda. Em resultado das reclamações apresentadas pelo comprador e após análise detalhada das mesmas, a Portugal Telecom aceitou reclamações no montante de 617.795 Euros, tendo revertido o remanescente da provisão que se mostrou excessivo, no montante de 491.205 Euros (Nota 46).

35. Aumento e Redução do Capital

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a Empresa efectuou em 11 de Maio de 2006 um aumento do capital social, no montante de 338.656.950 Euros, por aumento do valor nominal de cada acção em 30 cêntimos de euro. Este aumento de capital foi efectuado através da incorporação de prémios de emissão de acções no montante de 91.704.891 Euros, de reservas legais no montante de 121.523.559 Euros, e da reserva especial de cancelamento de acções próprias, no montante de 125.428.500 Euros.

Em 11 de Setembro de 2006, e em cumprimento da deliberação de 21 de Abril de 2006 da Assembleia Geral, a Empresa procedeu a uma redução do seu capital no montante de 1.072.413.675 Euros, por libertação de excesso de capital e criação de reservas livres, passando o seu capital a ser de 395.099.775 Euros.

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da Empresa ascendia a 395.099.775 Euros (Notas 35 e 40) e estava representado por 1.128.856.000 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A, com um valor nominal de 0,35 Euros.

As matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em assembleia geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom, SGPS, S.A;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia Geral, assim como dos membros do Conselho Fiscal;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;

- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Deslocação da sede da Sociedade dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe.

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

40. Movimentos nas Rubricas de Capital Próprio.

Durante o exercício de 2006, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Nota 36)	1.128.856.500	338.656.950	(1.072.413.675)	395.099.775
Prémios de emissão de acções	91.704.891	-	(91.704.891)	-
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	881.218.517	47.761.668	(935.764.422)	(6.784.237)
Reserva legal	179.229.361	25.001.079	(121.523.559)	82.706.881
Outras reservas	131.272.144	1.072.413.675	(125.428.500)	1.078.257.319
Resultados transitados	238.974.490	843.851.168	(85.106.745)	997.718.913
Resultado líquido do exercício	500.021.577	658.585.998	(500.021.577)	658.585.998
	<u>3.151.277.480</u>	<u>2.986.270.538</u>	<u>(2.931.963.369)</u>	<u>3.205.584.649</u>

Capital

Em 11 de Maio de 2006, e em cumprimento da deliberação de 21 de Abril de 2006 da Assembleia Geral, a Empresa procedeu a um aumento de capital social, no montante de Euros 338.656.950, tendo em 11 de Setembro de 2006, efectuado uma redução do seu capital no montante de 1.072.413.675 Euros (Nota 35).

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias. No seguimento da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a totalidade dos prémios de emissão de acções foi incorporada no aumento de capital ocorrido em 11 de Maio de 2006.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta essencialmente: (i) da diferença entre os resultados do exercício de 2005 das empresas participadas, que advêm da aplicação do método da equivalência

patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, registada por contrapartida de resultados transitados e (ii) de variações nos capitais próprios das empresas do Grupo, que não as resultantes do resultado líquido do período e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil.

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2006 foi como segue:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos	21.079.016	-	21.079.016
Distribuição de reservas	-	(7.081.266)	(7.081.266)
Equivalência patrimonial (a)	26.545.406	(91.543.070)	(64.997.664)
Redução de capital da PT Brasil	-	(9.104.312)	(9.104.312)
Variações cambiais do <i>goodwill</i> (Nota 10.a))	-	(1.069.868)	(1.069.868)
Outros (b)	137.246	(826.965.906)	(826.828.660)
	<u>47.761.668</u>	<u>(935.764.422)</u>	<u>(888.002.754)</u>

a) Os ajustamentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	23.853.661	(79.684.484)	(55.830.823)
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3.c) e 34.b))	2.691.745	(11.858.586)	(9.166.841)
	<u>26.545.406</u>	<u>(91.543.070)</u>	<u>(64.997.664)</u>

b) Estes movimentos resultam essencialmente da transferência para a rubrica de resultados transitados dos ajustamentos de partes de capital reconhecidos sobre as empresas alienadas e liquidadas no exercício, por se considerar que os mesmos se encontram realizados a nível da Portugal Telecom.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

A variação verificada nesta rubrica durante o exercício de 2006, foi como segue:

	Saldo Inicial	Variações positivas	Variações negativas	Saldo Final
Reservas Livres	5.843.644	1.072.413.675	-	1.078.257.319
Reserva para ações próprias canceladas	125.428.500	-	(125.428.500)	-
	<u>131.272.144</u>	<u>1.072.413.675</u>	<u>(125.428.500)</u>	<u>1.078.257.319</u>

No seguimento da redução de capital de 11 de Setembro de 2006, foi transferido para a rubrica de reservas livres o montante de 1.072.413.675 euros. No seguimento da deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a totalidade das reservas para acções próprias canceladas foi incorporada no aumento do capital social ocorrido em 11 de Maio de 2006.

Resultados Transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o exercício de 2006, resultam dos seguintes movimentos:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Distribuição de dividendos (a)	-	(61.186.339)	(61.186.339)
Resultados não atribuídos pelas subsidiárias	-	(21.079.016)	(21.079.016)
Transferência de ajustamentos de partes de capital	826.965.902	-	826.965.902
Dividendos de equity swaps sobre acções próprias	9.804.000	-	9.804.000
Distribuição de reservas	7.081.266	-	7.081.266
Imposto sobre os dividendos de equity swaps sobre acções próprias	-	(2.640.965)	(2.640.965)
Entrega de acções aos colaboradores	-	(200.425)	(200.425)
	<u>843.851.168</u>	<u>(85.106.745)</u>	<u>758.744.423</u>

- (a) Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, foi distribuído aos accionistas a título de dividendos um montante total de 536.206.837 Euros, incluindo um montante de 61.186.339 Euros de resultados transitados e um montante de 475.020.498 Euros decorrente da aplicação do resultado líquido do exercício de 2005.

Resultado Líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, o resultado líquido do exercício de 2005, no montante de 500.021.577 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Distribuição de dividendos	475.020.498
Reserva Legal	25.001.079
	<u>500.021.577</u>

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 2006 e 2005, foram as seguintes:

	2006		2005	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores Executivos	4.669.866	13.517.920	3.316.054	4.875.915
Administradores Não Executivos	1.611.589	1.266.515	2.227.795	398.489
Conselho Fiscal	173.677	-	173.163	-
Mesa da Assembleia Geral	1.719	-	4.966	-
	<u>6.456.851</u>	<u>14.784.435</u>	<u>5.721.978</u>	<u>5.274.404</u>

O crescimento das remunerações fixas dos administradores executivos resulta essencialmente do alargamento da Comissão Executiva de 5 para 7 membros ocorrido no final de 2005. Em 2006, as remunerações variáveis dos administradores executivos e não executivos incluem 9.705.048 Euros e 966.876 Euros, respectivamente, referentes a pagamentos devidos pela aplicação da cláusula de não concorrência na cessação de funções.

45. Demonstrações dos resultados financeiros

Nos exercícios de 2006 e 2005, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e perdas:		
Juros suportados (a)	104.086.548	107.643.011
Perdas em empresas do grupo e associadas (b)	62.939.343	52.084.341
Amortizações de goodwill (Notas 6 e 10)	32.026.949	33.587.087
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10.224.888	3.689.289
Outros custos e perdas financeiros (c)	17.689.909	33.623.068
	<u>226.967.637</u>	<u>230.626.796</u>
Resultados financeiros	<u>570.471.928</u>	<u>509.213.758</u>
	<u>797.439.565</u>	<u>739.840.554</u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (d)	676.561.613	596.682.104
Juros obtidos (e)	37.730.349	42.258.504
Diferenças de câmbio favoráveis	20.083.290	5.613.544
Rendimentos de participações de capital	1.357.000	2.279.386
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	61.707.313	93.007.016
	<u>797.439.565</u>	<u>739.840.554</u>

- (a) No exercício de 2006, esta rubrica inclui essencialmente juros de empréstimos externos (bancários e papel comercial), no montante de 75.705.774 Euros, bem como juros relativos a papel comercial interno, no montante de 10.354.040 Euros, e à emissão de obrigações convertíveis e não convertíveis, no montante de 7.242.883 Euros.
- (b) No exercício de 2006, as perdas em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos negativos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Brasil	2.548.877	-	2.548.877
PT Centro Corporativo	-	19.051.406	19.051.406
PT Pro	-	12.778.758	12.778.758
PT Compras	-	8.530.072	8.530.072
PT WI-FI	-	5.061.387	5.061.387
PT II	-	4.558.749	4.558.749
Sportinveste Multimédia	-	3.521.216	3.521.216
PT Ásia	-	3.499.230	3.499.230
Web Lab, SGPS	-	1.975.562	1.975.562
PT Imobiliária	575.195	-	575.195
PT Meios	-	415.364	415.364
PT Corporate	-	250.938	250.938
SGPICE	-	167.639	167.639
PT Rede Fixa, SGPS	4.950	-	4.950
	<u>3.129.022</u>	<u>59.810.321</u>	<u>62.939.343</u>

- (c) No exercício de 2006 esta rubrica inclui, essencialmente, o reconhecimento das perdas resultantes da desvalorização de derivados cambiais no montante de 8.407.515 Euros, de custos com serviços bancários no montante de 6.485.996 Euros, e de perdas resultantes da variação no valor de mercado dos títulos da Iris Capital de 1.136.737 Euros (Nota 10.b)).

- (d) No exercício de 2006, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos positivos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Portugal, SGPS	250.926.280	-	250.926.280
PT Comunicações (i)	165.979.683	-	165.979.683
TMN (i)	81.158.812	-	81.158.812
PT Ventures, SGPS	-	58.287.692	58.287.692
PT Multimédia	40.059.577	-	40.059.577
PT Prime	34.966.251	-	34.966.251
PT Inovação	12.502.229	-	12.502.229
UOL	4.702.122	-	4.702.122
PTI Finance	3.854.763	-	3.854.763
PT SI	-	3.734.167	3.734.167
Páginas Amarelas	2.103.020	-	2.103.020
PT.com	-	1.999.701	1.999.701
PT Prime Tradecom	-	336.319	336.319
Previsão	211.061	-	211.061
PT Prime SGPS (ii)	-	132.828	132.828
	<u>596.463.798</u>	<u>64.490.707</u>	<u>660.954.505</u>
Efeito da consolidação fiscal (Nota 6,d)) (iii)			<u>15.607.108</u>
			<u>676.561.613</u>

- (i) Estas empresas foram alienadas no segundo semestre de 2006 para a PT Portugal, tendo sido aplicada a equivalência patrimonial até à data da venda.
- (ii) A PT Prime SGPS foi liquidada no exercício de 2006 e os respectivos activos e passivos incorporados na Portugal Telecom, tendo sido aplicada a equivalência patrimonial até ao momento da liquidação.
- (iii) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas pelo perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3.h)).

- (e) No exercício de 2006, a rubrica "Juros obtidos" apresenta a seguinte composição:

Juros de aplicações financeiras	28.968.022
Juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo	8.506.578
Outros juros	255.749
	<u>37.730.349</u>

- (f) No exercício de 2006, esta rubrica inclui essencialmente: (i) um ganho de 8.408.150 Euros decorrente do recebimento de dividendos de *equity swaps* sobre acções da PT Multimédia (Notas 53 e 55.c)), (ii) um ganho de 27.384.487 Euros relacionado com o exercício financeiro de *equity swaps* sobre acções da PT Multimédia (Nota 55.c)), e (iii) um ganho de 23.513.275 Euros referente ao exercício financeiro de *equity swaps* sobre 11.340.000 acções próprias.

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos exercícios de 2006 e 2005, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e perdas:		
Donativos	392.500	2.895.756
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 6.d)) (a)	123.017.051	12.677.670
Outros custos e perdas extraordinários (b)	47.699.134	12.188.442
	<u>171.108.685</u>	<u>27.761.868</u>
Resultados extraordinários	<u>(169.782.942)</u>	<u>31.136.699</u>
	<u>1.325.743</u>	<u>58.898.567</u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	141.409	58.861.050
Redução de provisões (Nota 34 c))	491.205	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	693.129	37.517
	<u>1.325.743</u>	<u>58.898.567</u>

(a) No exercício de 2006, a insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento de 2005 resultou essencialmente da tributação voluntária, decidida em 2006, de mais-valias fiscais com tributação suspensa, no montante de 125.818.532 Euros (Nota 6.d)).

(b) Em 2006, esta rubrica inclui custos incorridos pela Portugal Telecom no montante de 36 milhões de euros relacionados com a oferta pública de aquisição de que a Empresa foi alvo durante o exercício de 2006.

47. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei nº411/91, de 17 de Outubro, informa-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

48. Empréstimos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2006		2005	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (e)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	<u>93.772.376</u>	<u>620.965.775</u>	<u>80.279.225</u>	<u>714.738.150</u>
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)	-	-	<u>390.335.000</u>	-
Outros empréstimos obtidos				
Empréstimos externos (c)	-	1.125.450.000	-	1.199.553.000
Empréstimos internos (d)	<u>749.411.565</u>	-	<u>574.774.497</u>	-
	<u>749.411.565</u>	<u>1.125.450.000</u>	<u>574.774.497</u>	<u>1.199.553.000</u>
	<u>843.183.941</u>	<u>1.746.415.775</u>	<u>1.045.388.722</u>	<u>1.914.291.150</u>

(a) Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos bancários encontravam-se expressos em Euros, sendo as garantias solicitadas a favor de terceiros relacionadas com estes empréstimos as seguintes:

	200	200
- Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	161.224.684	205.120.408
- Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für	6.210.66	7.668.86

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que variavam entre:

	2006	2005
Taxa de juro máxima	5,46	4,60
Taxa de juro mínima	3,00	2,44

(b) Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 6 de Dezembro de 2001, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito pela PT Finance, com o valor total de 550.000.000 Euros, correspondente a 110.000 obrigações, com o valor nominal de 5.000 Euros cada. Este empréstimo estava associado à emissão pela PT Finance, em 6 de Dezembro de 2001, de *Exchangeable Bonds*, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferiam aos seus titulares o direito à troca das obrigações por acções ordinárias ou ADS (*American Depositary Shares*) da Empresa, até ao termo da emissão, ao preço de conversão de 12,3985 Euros por acção. Em Dezembro de 2003 e em Outubro de 2004, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de 109.665.000 Euros, e 10.000 obrigações convertíveis, no montante de 50.000.000 Euros. Em 6 de Dezembro de 2006, o montante remanescente de 390.335.000 Euros destas obrigações convertíveis foi reembolsado.

(c) Empréstimos externos

Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.000.000.000 euros. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. Na sequência dos aditamentos entretanto efectuados, o montante máximo do programa é de 2.000.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2006. Nesta data, as emissões efectuadas pela Empresa no âmbito deste programa, no total de 431.450.000 Euros, encontram-se associadas à emissão em 16 de Junho de 2005 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante total de 500.000.000 Euros, com uma maturidade de 20 anos e uma taxa de juro anual de 4,5%.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.350.000.000 euros. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial

por outras empresas do Grupo. Na sequência de aditamentos efectuados até à data, em 31 de Dezembro de 2006, o montante máximo do programa é de 3.000.000.000 euros. Nesta data, as emissões efectuadas pela Empresa no âmbito deste programa, no total de 694.000.000 Euros encontram-se associadas essencialmente: (i) a uma Multicurrency Revolving Credit Facility de 150.000.000 euros contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade a seis anos; (ii) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de Global Medium Term Notes ("GMTNs") no montante total de 1.000.000.000 euros, com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de juro anual de 3,75%; (iii) à emissão em 24 de Março de 2005 pela PT Finance de Global Medium Term Notes ("GMTNs") no montante total de 500.000.000 euros, com uma maturidade de 12 anos e uma taxa de juro anual de 4,375%.

(d) Empréstimos internos

A Empresa mantém contratados programas de papel comercial de curto prazo, no montante total de 875.000.000 Euros, encontrando-se utilizado um montante de 749.411.565 Euros em 31 de Dezembro de 2006. Este montante foi emitido em Dezembro de 2006 com uma taxa de juro anual de 3,80% e foi reembolsado na data de vencimento em Janeiro de 2007.

(e) Maturidade da dívida de médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

2008	123.269.695
2009	110.051.551
2010	185.051.550
2011	100.657.893
2012	579.588.763
2013 e anos seguintes (Nota 29)	<u>647.796.323</u>
	<u>1.746.415.775</u>

(f) Condicionalismos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006, os principais condicionalismos financeiros ("*covenants*") incluídos em contratos de dívida, todos eles em situação de cumprimento àquela data, eram como segue:

- **Alteração de controlo**

As *Credit Facilities* no montante total de 900 milhões de euros e alguns dos empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento ("BEI"), totalizando 386 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, conferem o direito aos mutuantes de exigirem o pagamento de todos os montantes em dívida no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom.

- **Notações de *rating***

Alguns dos empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 365 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, estabelecem que, caso o *rating* atribuído à Portugal Telecom pelas agências de *rating* seja reduzido para BBB/Baa2 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma

garantia bancária aceitável pelo banco. Em resultado do *downgrade* da Portugal Telecom, anunciado em 3 de Agosto de 2006, para BBB- pela S&P e para Baa2 pela Moody's, a Empresa negociou com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos. O acordo entre as duas entidades, assinado em 23 de Fevereiro de 2007, prevê a possibilidade de apresentação de garantia apenas no caso de redução conjugada de ambos os *rating* vigente à data actual (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch).

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

A *Credit Facility* de 500 milhões de euros estabelece que a Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas "*Material Subsidiaries*" (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados).

- **Alienação de Activos**

A *Credit Facility* de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 680 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom. No âmbito do acordo com o BEI de 23 de Fevereiro de 2007, referido acima, o banco renunciou ao exercício dos seus direitos no âmbito desta cláusula exclusivamente para efeitos da operação de *spin-off* da PT Multimédia (sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas da Portugal Telecom).

- **Rácios Financeiros**

A *Credit Facility* de 500 milhões de euros e uma das *Credit Facilities* de 150 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. A *Credit Facility* de 100 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (*spread* aplicável) relativas à *Credit Facility* de 500 milhões de euros e a uma das *Credit Facilities* de 150 milhões de euros podem ser alteradas se o rácio dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 31 de Dezembro de 2006, este rácio é equivalente a 1,55.

- **Negative Pledge**

O Programa de *Global Medium Term Notes* e as *Credit Facilities* que totalizam 900 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de *Negative Pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

	2006		2005	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	15.896.153	113.176.951	10.044.756	1.243.170
Imposto sobre o valor acrescentado	-	219.390	659.677	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	466.080	-	423.917
Segurança social	-	72.851	-	74.236
Restantes impostos	-	5	-	-
	<u>15.896.153</u>	<u>113.935.277</u>	<u>10.704.433</u>	<u>1.741.323</u>

51. Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de curto prazo e de rendimento fixo.

52. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	8.823.941	8.377.975
Prestação de serviços a empresas do Grupo (a)	5.084.891	6.480.659
Outros	884.288	1.591.908
	<u>14.793.120</u>	<u>16.450.542</u>
Custos diferidos:		
Despesas financeiras	638.167	2.057.030
Outros	1.017.311	884.112
	<u>1.655.478</u>	<u>2.941.142</u>
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar	17.236.610	17.742.656
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	8.120.255	7.970.182
Fornecimentos e serviços externos	931.268	2.895.201
Outros acréscimos de custos (b)	65.242.572	37.809.086
	<u>91.530.705</u>	<u>66.417.124</u>
Proveitos diferidos		
Mais-valias em transacções intra-grupo (Nota 10)	5.625.920.451	-
Outros	2.039.714	902.266
	<u>5.627.960.165</u>	<u>902.266</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2006, este montante refere-se aos valores a facturar relativamente a serviços prestados à Telesp Celular durante 2006, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui 35.014.689 Euros referentes ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivados (Nota 53).

53. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (*Fair Value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Em 31 de Dezembro de 2006, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por *swaps* de taxa de juro em Euros. Nesta data, o valor nominal destes instrumentos era de 651 milhões de Euros com uma maturidade média de 6,3 anos.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 31 de Dezembro de 2006 *currency swaps* com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o valor nominal dos *swaps* de dólares americanos para Euros era de 53 milhões de Dólares Americanos, com uma maturidade média de 5,0 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de *currency swaps* anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos *forward* de Euros para Dólares Americanos. Em 31 de Dezembro de 2006, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de Euros, com uma maturidade média de 2,3 anos.

Derivados com acções

De modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom contratou em anos anteriores junto de uma instituição financeira *equity swaps* sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital. Estes *equity swaps* tinham as seguintes condições em 31 de Dezembro de 2005:

- (i) 18.375.090 acções, com um preço inicial de 8,87 Euros e maturidade de 4 meses; e
- (ii) 12.200.000 acções, com um preço inicial de 7,05 Euros e maturidade de 4 meses;

Em 24 de Julho de 2006, estes *equity swaps* foram liquidados financeiramente, por término do prazo inicial, tendo a Empresa recebido um montante de 26,8 milhões de euros (Nota 45.f)) em resultado da diferença entre os preços iniciais contratados e a cotação da acção PTM nessa data (9,02 euros). Na mesma data, a Portugal Telecom contratou um novo *equity swap* sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia com um preço inicial de 9,02 euros e maturidade de 2 anos.

Adicionalmente, em 2004 a Portugal Telecom celebrou com o Banco Espírito Santo contratos de derivados com acções PT Multimédia, que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,6 milhões de Euros, bem como a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital. Estas opções terminaram em 31 de Dezembro de 2005 e não puderam ser exercidas por ambas as partes devido a não ter sido atingido o strike contratado. A exigibilidade do montante acima referido estava sujeita à condição suspensiva de ao Banco Espírito Santo ser pago o preço das opções que o Banco Espírito Santo tinha contratado com terceiras entidades a fim de obter o hedging financeiro da sua posição nas opções de compra e venda. A Portugal Telecom recebeu 50% deste montante no exercício de 2005, no montante de 8,3 milhões de euros. Em Junho de 2006, o Banco Espírito Santo informou a Portugal Telecom que os restantes 50%, no montante de 8,3 milhões de euros, não lhe foram pagos.

Fair Value dos Derivados

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o *Fair Value* dos instrumentos financeiros derivados e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de Euros):

	2006		2005	
	Valor contabilístico	Fair value	Valor contabilístico	Fair value
Instrumentos derivados:				
Taxa de juro	(0,2)	(5,0)	(0,3)	(26,9)
Taxa de câmbio (Nota 52)	(35,0)	(35,0)	(26,6)	(26,6)
Taxa de juro e de câmbio	(9,5)	(9,6)	(5,8)	(6,0)
	<u>(44,7)</u>	<u>(49,7)</u>	<u>(32,7)</u>	<u>(59,6)</u>
Instrumentos derivados com acções:				
Acções próprias	(0,8)	14,5	(0,4)	10,6
Acções PT Multimédia	(4,7)	17,0	(4,5)	42,0
	<u>(5,6)</u>	<u>31,6</u>	<u>(4,8)</u>	<u>52,6</u>

54. Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com a Vivo.
- b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", parte da rubrica "Custos e perdas extraordinárias", os "Custos com o pessoal" e as "Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo" da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN"), com excepção da amortização dos *trespasses* ("*goodwill*") gerados na aquisição de partes de capital, a qual é reconhecida na DRF na rubrica "Ganhos e (perdas) em filiais e associadas".
- c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", quotizações e donativos para diversos organismos no âmbito das telecomunicações e "Impostos".
- d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui, essencialmente, as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

	2006
Juros obtidos (Nota 45)	37.730.349
Juros suportados (Nota 45)	(104.086.548)
Outros proveitos e ganhos financeiros	59.224.383
Outros custos e perdas financeiros	(16.553.176)
Diferenças de câmbio favoráveis	20.083.290
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(10.224.888)
	<u>(13.826.590)</u>

- e) A rubrica "Ganhos e (perdas) em filiais e associadas" da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d)) (i)	660.954.505
Perdas em empresas do grupo (Nota 45.b))	(62.939.343)
Amortização de <i>trespasses</i> (" <i>goodwill</i> ") (Nota 45)	(32.026.949)
Outros	2.482.935
	<u>568.471.148</u>

- (i) Esta rubrica distingue-se dos ganhos em empresas do grupo e associadas apresentadas na DRN uma vez que não inclui os ganhos resultantes da consolidação fiscal (15.607.108 Euros), que são registados na rubrica de "Impostos sobre os resultados correntes" (Nota 6).

f) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento do exercício na DRN	320.944.240
Ganho resultante da consolidação fiscal (Notas 6 e 45.d))	15.607.108
Insuficiência de estimativa para IRC de 2005 (Nota 46)	(123.017.051)
Provisão para impostos (Nota 34)	(8.138.169)
Outros	(18.448)
	<u>205.377.680</u>

55. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística nº14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos concedidos e apresenta a seguinte composição:

Suprimentos (Nota 10.b)):	
PT Prime	10.000.000
PT Brasil	6.776.687
PT Inovação	9.824.924
PT Ventures	8.431.338
	<u>35.032.949</u>
Empréstimos intra-grupo de curto prazo:	
PT Comunicações	82.000.000
PT Compras	10.760.000
PT-SI	7.000.000
PT Ventures, SGPS	4.979.123
PT Móveis	2.378.956
PT Ásia	952.100
	<u>108.070.179</u>
Prestações Acessórias/Suplementares (Nota 10.b)):	
PT Comunicações	948.966.191
TMN	680.305.088
	<u>1.629.271.279</u>
Recebimento de Investimentos Financeiros (Alienação Participações Financeiras)(Nota 10.b)):	
Alienação da PT Comunicações e da TMN à PT Portugal	7.006.728.721
Iris Capital	2.328.287
	<u>7.009.057.008</u>
Recebimento de Investimentos Financeiros (Redução de Capital):	
PT Brasil (i)	146.876.793
	<u>8.928.308.208</u>

(i) Inclui o montante de 82.199.227 Euros referente às reduções de capital efectuadas em 2006 (Nota 10.b)), sendo o remanescente referente à idêntica operação efectuada em 2005.

b) Recebimentos provenientes de dividendos

Esta rubrica corresponde aos dividendos e distribuição de reservas recebidos das seguintes empresas:

PT Comunicações (Nota 10.b))	245.009.785
TMN (Nota 10.b))	109.903.167
PT Multimédia (Nota 10.b))	49.667.668
PT Prime (Nota 10.b))	22.090.542
PT Inovação (Nota 10.b))	15.000.000
Páginas Amarelas (Nota 10.b))	2.274.570
BES (Nota 45)	1.344.000
Previsão (Nota 10.b))	98.489
Taguspark (Nota 45)	13.000
	<u>445.401.221</u>

c) Recebimentos provenientes de outras actividades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica inclui (i) o montante de 26.772.985 Euros referentes ao exercício financeiro de *Equity Swaps* sobre acções da PT Multimédia (Nota 45.f)), (ii) o montante de 8.408.150 Euros de dividendos desses mesmos *equity swaps* (Nota 45.f)) e (iii) o montante de 23.513.275 Euros referente ao exercício financeiro de *equity swaps* sobre 11.340.000 acções próprias da Portugal Telecom.

d) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Suprimentos concedidos (Nota 10.b):

PT Inovação	15.000.000
PT-SI	7.000.000
PT Ventures, SGPS	4.979.123
	<u>26.979.123</u>

Prestações acessórias concedidas (Nota 10.b):

PT Portugal	8.636.000.000
PT Compras	20.500.000
PT II	9.500.000
PT Wi-Fi	7.000.000
	<u>8.673.000.000</u>

Aquisição de participações e aumentos de capital:

Idealyse	37.860.935
BES (Nota 10.b))	19.320.000
Iris Capital (Nota 10.b))	810.000
PT Rede Fixa, SGPS (Nota 10.b))	50.000
PT Portugal, SGPS (Nota 10.b))	50.000
PT Centro Corporativo (Nota 10.b))	50.000
PT Finance BV (Nota 10.b))	32.000
	<u>58.172.935</u>

Empréstimos intragrupo de curto prazo concedidos :

PT Comunicações	20.000.000
PT Compras	2.600.000
PT Ventures, SGPS	952.100
	<u>23.552.100</u>

Empréstimos intragrupo concedidos - tesouraria centralizada (Nota 16):

PT Comunicações	162.431.866
PT Multimédia	34.144.380
PT Prime	19.290.961
PT Contact	6.791.194
PT-SI	6.480.772
PT Centro Corporativo	2.452.219
PT Meios	1.581.166
PT Corporate	867.950
	<u>234.040.508</u>
	<u>9.015.744.666</u>

e) Pagamentos respeitantes a outras actividades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica inclui, essencialmente, o montante de 6.418.036 Euros, referente ao pagamento aos antigos accionistas da Web-Lab.

f) Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui os fundos obtidos com empréstimos contratados e apresenta a seguinte composição a 31 de Dezembro de 2006:

Empréstimos externos:	
Emissão de Papel Comercial	<u>21.336.625.025</u>
Empréstimos intra-grupo de curto prazo:	
TMN	72.500.000
PT Comunicações	23.000.000
PT.com	14.240.758
PT Imobiliária	11.858.771
PT Multimédia	10.000.000
Web-Lab	80.000
	<u>131.679.529</u>
Empréstimos intra-grupo - tesouraria centralizada (Nota 16):	
TMN	398.336.613
PT.com	81.251.804
PT PRO	7.972.649
PT Inovação	2.188.898
PT WI-FI	1.990.183
PT Móveis	1.620.623
PT Ventures	1.604.857
PT II	1.355.456
PT Prime Tradecom	1.327.089
PT Compras	1.085.430
Directel	734.116
PT Prestações	121.679
PT Rede Fixa	45.130
PT Portugal	45.045
Telemática	31.374
	<u>499.710.946</u>
	<u>21.968.015.500</u>

g) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos obtidos e a 31 de Dezembro de 2006 apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:	
Papel comercial de curto prazo	21.236.090.957
Empréstimos bancários	470.614.225
	<u>21.706.705.182</u>
Empréstimos intra-grupo:	
TMN	238.000.000
PT.com	69.240.758
PT Multimédia	45.000.000
PT Comunicações	23.000.000
PT Imobiliária	10.176.054
PT Prime	10.000.000
Web-Lab	165.513
	<u>395.582.325</u>
	<u>22.102.287.507</u>

h) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Depósitos bancários	85.467.015	98.512.496
Caixa	2.000	20.000
	<u>85.469.015</u>	<u>98.532.496</u>

56. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes após 31 de Dezembro de 2006.

Participações qualificadas

Nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 8º do Regulamento nº 4/2004 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT, que haviam sido comunicadas à sociedade até à data do presente relatório:

- A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 99.150.076 acções da PT, representando 8,78% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7.994.250 e 5.329.500 acções da PT, equivalentes a 0,71% e 0,47% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 9,96% do capital social e dos direitos de votos.
- O Grupo Banco Espírito Santo (“BES”) detém directa e indirectamente 7,77% do capital social e dos direitos de voto na PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Espírito Santo, S.A.	51.343.328
Fundo de Pensões do BES	12.599.060
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	4.218
Membros dos órgãos de administração e fiscalização do BES	66.742
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	19.420.829
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	4.300.000
Total	87.734.177

- A Brandes Investments Partners, I.P. detém indirectamente através dos seus clientes um total de 83.649.255 acções da PT, equivalente a 7,41% do capital social e dos direitos de voto na PT.
- A UBS AG detém directamente um total de 59.473.951 acções da PT, representando 5,27% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, as empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a UBS AG detêm um total de 1.713.595 acções da PT, equivalentes a 0,15% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação da UBS AG na PT ascende a 5,42% do capital social e dos direitos de votos.
- A Ongoing Strategy Investments, SGPS, S.A (“Ongoing”) detém directamente um total de 22.600.000 acções da PT, representando 2,00% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Insight Strategic Investments, SGPS, S.A., detida em 99,99% pela Ongoing, detém um total de 37.804.969 acções da PT, equivalentes a 3,35% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação da Ongoing na PT ascende a 5,35% do capital social e dos direitos de votos.

- O Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD") detém directa e indirectamente 5,11% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	51.866.079
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	5.847.076
Império Bonança- Companhia de Seguros, S.A.	27.445
Total	57.740.600

- A Telefónos de México, S.A. de C.V. (Telmex) detém directa e indirectamente, nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM, um total de 38.460.000 acções da PT, correspondente a 3,41% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- A Paulson & Co. Inc. detém directa e indirectamente, nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM, um total de 26.385.303 acções da PT, correspondente a 2,34% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- O Grupo Fidelity detém, através da FMR Corp. e da Fidelity International Limited, um total de 23.592.185 acções da PT, equivalente a 2,09% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- A Fundação José Berardo detém directa e indirectamente, nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM, um total de 23.357.466 acções da PT, correspondente a 2,07% do capital social e dos direitos de voto da PT.
- O Barclays Capital Securities Ltd detém directamente um total de 22.660.818 acções da PT, representando 2,01% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, as empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o Barclays detém um total de 555.846 acções da PT, equivalentes a 0,05% do capital social e dos direitos de voto na PT. Em termos globais, a participação do Grupo Barclays na PT ascende a 2,06% do capital social e dos direitos de votos.
- A holding americana, CGC detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 2,04% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções e Direitos de Voto	% do Capital e dos Direitos de Voto
Capital Research and Management Company	22.161.308	1,9632%
Capital International Limited	723.418	0,0641%
Capital International S.A.	111.613	0,0999%
Total	22.996.339	2,0372%

As sociedades gestoras que integram a CGC encontram-se autorizadas a exercer os seguintes direitos de voto na PT:

Entidades	Nº Acções e Direitos de Voto	% do Capital e dos Direitos de Voto
Capital Research and Management Company	22.161.308	1,9632%
Capital International Limited	297.465	0,0264%
Capital International S.A.	50.100	0,0044%
Total	22.508.873	1,9940%

Participações nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 31 de Dezembro de 2006:

Conselho de Administração

- Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, é titular de 150 acções da PT;
- Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63.161 acções da PT e de 89.196 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT;
- Rodrigo Costa, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Luís Pacheco de Melo, Administrador, é titular de 45 acções da PT;
- João Pedro Baptista, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- António Caria, Administrador, é titular de 486 acções da PT e de 658 acções da PT Multimédia;
- Rui Pedro Soares, Administrador, é titular de 50 acções da PT;
- António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9.008 acções da PT e de 1.590 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 1.817 acções da PT e de 80 acções da PT Multimédia;
- Fernando Soares Carneiro, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Luís de Azevedo Coutinho, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- João Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13.308 acções da PT;
- Joaquim Goes, Administrador, é titular de 2.437 acções da PT e de 150 acções da PT Multimédia;
- Fernando Abril-Martorell, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Amílcar de Moraes Pires, Administrador, é titular de 2.146 acções da PT;

- Francisco Pereira Soares, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Jorge Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Armando Vara, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- Franquelim Alves, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas (C: Compra em bolsa; V: Venda em bolsa) pela Cinveste, SGPS, S.A., na qual Franquelim Alves exerce um cargo na administração, detendo esta sociedade à data de 31 de Dezembro de 2006 um total de 10.024.660 acções da PT:

Cinveste, SGPS, S.A. Transacções - Acções da PT			
Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção (euros)
08-Fev-06	V	500.000	9,83
20-Mar-06	V	100.000	10,10
21-Mar-06	V	100.000	10,12
22-Mar-06	V	51.859	10,15
29-Mar-06	V	350.000	10,12
31-Mar-06	V	100.000	10,02
03-Abr-06	V	200.000	10,10
04-Abr-06	V	178.141	10,17
11-Abr-06	V	100.000	10,13
09-Mai-06	V	200.000	9,91
10-Mai-06	V	200.000	9,95
12-Mai-06	V	1.000.000	9,90
16-Mai-06	V	17.175	9,45
18-Mai-06	V	858.995	9,40
19-Mai-06	V	500.000	9,40
25-Mai-06	V	500.000	9,26
26-Mai-06	V	290.518	9,30
01-Jun-06	V	52.070	9,30
02-Jun-06	V	500.000	9,62
05-Jun-06	V	287.444	9,62
06-Jun-06	V	355.000	9,61
07-Jun-06	V	600.000	9,63
08-Jun-06	V	140.480	9,65
12-Jun-06	V	225.020	9,60
13-Jun-06	V	18.000	9,50
15-Jun-06	V	200.000	9,40
16-Jun-06	V	92.732	9,40
22-Jun-06	V	700.000	9,47
23-Jun-06	V	500.000	9,51
23-Jun-06	V	300.000	9,52

Cinveste, SGPS, S.A. Transacções - Acções da PT			
Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção (euros)
23-Jun-06	V	250.000	9,51
27-Jun-06	V	500.000	9,50
27-Jun-06	V	90.165	9,51
29-Jun-06	V	30.000	9,41
30-Jun-06	V	190.000	9,44
03-Jul-06	V	258.896	9,46
04-Jul-06	V	25.000	9,48
06-Jul-06	V	600.000	9,51
06-Jul-06	V	550.000	9,49
07-Jul-06	V	250.000	9,52
07-Jul-06	V	700.000	9,50
10-Jul-06	V	300.000	9,55
10-Jul-06	V	100.000	9,56
11-Jul-06	V	100.000	9,58
12-Jul-06	V	100.000	9,53
13-Jul-06	V	150.000	9,55
13-Jul-06	V	550.000	9,55
13-Jul-06	V	250.000	9,55
19-Jul-06	V	112.505	9,56
19-Jul-06	V	600.000	9,58
20-Jul-06	V	150.000	9,62
21-Jul-06	V	50.000	9,64
24-Jul-06	V	50.000	9,60
25-Jul-06	V	750.000	9,63
27-Jul-06	V	3.000.000	9,73
27-Jul-06	V	31.340	9,75
01-Ago-06	V	50.000	9,75
02-Ago-06	V	20.000	9,80
03-Ago-06	V	30.000	9,87

- Nuno de Almeida e Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. A Ongoing Strategy Investments, SGPS, S.A ("Ongoing"), na qual Nuno de Almeida e Vasconcellos exerce a função de Presidente do Conselho de Administração, detinha directamente à data de 31 de Dezembro de 2006 um total de 22.600.000 acções da PT, representando 2,00% do capital social e dos direitos de voto na PT. Adicionalmente, a Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. ("Insight"), detida em 99,99% pela Ongoing, detinha à data de 31 de Dezembro de 2006 um total de 11.412.746 acções da PT, equivalentes a 1,01% do capital social e dos direitos de voto na PT. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas (C: Compra em bolsa; V: Venda em bolsa) pela Insight:

Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. Transacções - Acções da PT			
Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção (euros)
15-Set-06	C	350.000	9,71
18-Set-06	C	593.827	9,73
20-Set-06	C	500.000	9,82
21-Set-06	C	14.276	9,85
22-Set-06	C	285.000	9,87
25-Set-06	C	1.700.000	9,77
28-Set-06	C	556.897	9,81
02-Out-06	C	25.000	9,78
10-Out-06	C	431.178	9,81
11-Out-06	C	1.518.790	9,82
12-Out-06	C	359.927	9,82

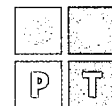
Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. Transacções - Acções da PT			
Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção (euros)
13-Out-06	C	483.803	9,83
16-Out-06	C	316.402	9,84
17-Out-06	C	414.981	9,84
18-Out-06	C	880.000	9,80
19-Out-06	C	937.536	9,75
20-Out-06	C	799.957	9,75
23-Out-06	C	45.000	9,72
26-Out-06	C	100.000	9,70
09-Nov-06	C	289.813	9,76
10-Nov-06	C	296.035	9,75
13-Nov-06	C	514.324	9,74

Conselho Fiscal

- Pedro Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 247 acções da PT. O cônjuge é titular de 247 acções da PT;
- Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.



Relatório e parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS

Ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas
da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A., apresenta o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

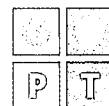
O Conselho Fiscal reuniu mensalmente e acompanhou a evolução da actividade da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A., nomeadamente, participando nas reuniões do Conselho de Administração. Verificámos, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido tanto do Conselho de Administração, como da Comissão Executiva, assim como dos responsáveis dos diversos serviços da Empresa, todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar.

Ao longo do exercício, procedemos, também, à realização de diversas reuniões com a Comissão de Auditoria que integra o Conselho de Administração e ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das conclusões dos trabalhos do Auditor Externo da Empresa, bem como da Auditoria Interna Corporativa.

Acompanhámos, os desenvolvimentos verificados no processo da OPA sobre a PT SGPS e a PT MULTIMÉDIA anunciada preliminarmente pela SONAECOM, em 6 de Fevereiro de 2006, a qual por deliberação maioritária dos votos expressos na Assembleia Geral de 2 de Março de 2007 não teve sucesso.

No desempenho das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão do exercício de 2006, bem como o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivo Anexo para o exercício findo naquela data. Refere-se, no entanto, que é no âmbito do Relatório de Gestão da actividade consolidada da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. que se explicita a caracterização da evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas empresas do Grupo.

Em 2006, o resultado líquido do exercício, apurado em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e constantes do Plano Oficial de Contabilidade, ascendeu a €658,6 milhões, para o que foram determinantes, nomeadamente, os ganhos líquidos em empresas do grupo e associadas, de €613,7 milhões, a reversão de impostos diferidos passivos decorrentes da tributação voluntária de mais-valias diferidas na alienação de investimentos financeiros, de €142,0 milhões, e créditos fiscais decorrentes da liquidação de uma subholding, no total de €53,3 milhões.



É ainda de salientar a reestruturação dos capitais próprios da Empresa, concretizada em 2006, envolvendo o aumento do capital social por incorporação de prémios de emissão de acções e de reservas, seguido da sua redução para €395,1 milhões, por criação de reservas livres no montante de €1.072,4 milhões, bem como o aumento dos resultados transitados em cerca de €827,0 milhões decorrente da realização de ajustamentos de partes de capital sobre empresas alienadas e liquidadas no exercício.

As análises que levámos a cabo foram suportadas do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas anexa ao presente, bem como pelo Relatório do Auditor Externo da Empresa, documentos que foram emitidos sem reservas.

Em conclusão, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras Individuais acima referidas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, na medida em que esclarece os elementos contabilísticos, bem como a proposta de distribuição de resultados nele expressa, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que merecem o nosso acordo e devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos, ainda, expressar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Lisboa, 23 de Março de 2007

O CONSELHO FISCAL

Dr. Pedro Matos Silva
Presidente

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho
Vogal

ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - SROC
Representada por Dr. Mário João de Matos Gomes
Vogal



Certificação legal das contas

& Ascensão, Gomes, Cruz & Associado - S.r.o.c.

Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** para o exercício de 2006, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de balanço de 12.691.852.927 Euros e um total do capital próprio de 3.205.584.649 Euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 658.585.998 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

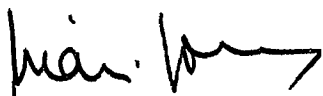
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 22 de Março de 2007



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.



Relatório dos auditores

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 12.691.852.927 Euros e capitais próprios de 3.205.584.649 Euros, incluindo um resultado líquido de 658.585.998 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.c) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 22 de Março de 2007


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual

...

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de verificar que nenhum dos Senhores Accionistas pretendia usar da palavra, submeteu à votação o ponto um da Ordem de Trabalhos "Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2006", convidando os Senhores Accionistas a que procedessem ao preenchimento dos boletins de voto por todos distribuídos e de acordo com as explicações inicialmente apresentadas sobre a forma correcta de preenchimento e de todo o processamento subsequente relativo ao modo de votação e respectivo escrutínio.

...

Face aos resultados apurados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou ter sido aprovado o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de dois mil e seis.

...

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prosseguindo, colocou à discussão o ponto três da Ordem de Trabalhos: "Deliberar sobre a aplicação de resultados"...

...

Perguntado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia se mais algum Senhor Accionista pretendia intervir ou ser esclarecido e não havendo quem o quisesse fazer, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu então à votação o ponto três da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre a aplicação de resultados", cuja aprovação está dependente do voto favorável do accionista Estado, detentor das 500 (quinhentas acções) da Categoria A, recomendando e recordando aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

...

Em consequência, face aos resultados apurados e verificando-se que nos votos a favor se compreendida o voto das acções da categoria A, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou ter sido aprovada a proposta apresentada relativa ao ponto três da Ordem de Trabalhos.

...